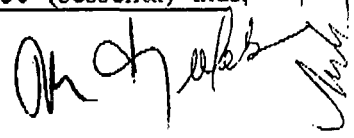


BICICLETAS CALOI S.A.**CGC/MF 56.994.924/0001-05****Ata da Assembléia Geral dos Debenturistas
da 5ª Emissão de Debêntures realizada em 15 de agosto de 1997**

Aos quinze dias do mês de agosto de 1997, às 11:00 horas, na Av. Paulista nº 1.728, 5º andar, São Paulo, SP, reuniram-se em assembléia os debenturistas da 5ª. Emissão de debêntures da BICICLETAS CALOI S.A., representando 98,46% das debêntures em circulação, conforme assinaturas apostas na Lista de Presenças, que fica fazendo parte integrante desta Ata. Dando início aos trabalhos, o Sr. Antonio Carlos Bueno Junior, representante do Agente Fiduciário SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda, após ler o edital de convocação, publicado no Diário Oficial e na Gazeta Mercantil, nas datas de 5, 6 e 7 de agosto de 1.997, solicitou aos senhores debenturistas, que elessem um Presidente e um Secretário para dirigirem os trabalhos, tendo sido eleitos a Dra. Maria Estela Bandarra Marques, representante da BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, para Presidente e o Sra. Cinira Maturana, representante do BANCO FATOR S.A., para Secretária. Encontrava-se presente na Assembléia, o Sr. Ricardo Knoepfelmacher representante da emissora. Em seguida, o Sr. Antonio Carlos Bueno Junior, representante do Agente Fiduciário, informou que a Assembléia havia sido convocada, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) prorrogação da data de vencimento da parcela de juros devida a partir de 18/08/97, pelo prazo máximo de 1 ano, a contar de 01/08/97, observadas as condições que venham a ser propostas pela emissora e deliberadas pelos Debenturistas; e b) outros assuntos de Interesse geral dos Senhores Debenturistas. Dando continuidade o Sr. representante do Agente Fiduciário passou a palavra ao Sr. Ricardo Knoepfelmacher que formulou a proposta de se prorrogar a data de vencimento da parcela de juros a se vencer no próximo dia 18 de agosto de 1997, para o dia 01 de agosto de 1998, desde que atendidas as seguintes condições: a) Apresentação aos debenturistas pela companhia emissora de plano de reestruturação da empresa, que deverá ser por eles aprovado, incluindo nova estrutura do conselho de administração e da diretoria da companhia, indicando-se os nomes dos profissionais que farão parte dos citados órgãos; b) Alteração da escritura de emissão de debêntures acima referida para, na forma prevista no §5º, do art. 58, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, incluir cláusula prevendo que os imóveis situados na Cidade de Manaus, AM, na Av. Abiurana nº 150, e na Av. Costa e Silva nº 937, não poderão ser alienados pela Companhia, salvo no caso de haver a concordância do agente fiduciário, e desde que o resultado da alienação dos imóveis seja destinado prioritariamente à liquidação da parcela de juros cujo vencimento foi prorrogado; c) Alteração da escritura de emissão de debêntures refletindo a prorrogação do vencimento da parcela de juros a vencer no próximo dia 18 de agosto de 1.997 para o dia 1º de agosto de 1.998, incidindo sobre tal parcela a mesma indexação prevista na escritura de emissão, mas sem incorporação dos juros vencidos ao valor nominal das debêntures, que permanecerá sendo indexado na forma atualmente prevista na citada escritura; d) Apresentação aos debenturistas de proposta de emissão de novas debêntures conversíveis, no mesmo montante da 5ª emissão, acrescido da remuneração já incorrida, cuja forma de conversibilidade e remuneração deverá ser aceita pela maioria dos debenturistas, sendo certo que as novas debêntures deverão estar colocadas antes de 1º de agosto de 1.998, podendo ser integralizadas em debêntures da 5ª emissão; e) Criação de mecanismos de acompanhamento pelos debenturistas do processo de reestruturação referido no item (a) acima, incluindo no mínimo, reuniões trimestrais dos debenturistas com a administração da companhia. Caso as condições referidas acima não sejam cumpridas e aprovadas no seu conjunto pelos debenturistas, no prazo de 60 (sessenta) dias,



contando do dia 1º de agosto passado, a parcela de juros, cujo vencimento foi prorrogado, estará automaticamente vencida, não produzindo qualquer efeito a presente prorrogação do vencimento e a realizada no último dia 30/07/97, tornando-se automaticamente exigível tal parcela independentemente de qualquer intimação ou notificação, acrescida de todos os encargos decorrentes da mora, como se tal parcela fosse efetivamente exigível em 1º de agosto de 1.997. Também no caso de vir a ser revogado ou rescindido, no prazo de 12 (doze) meses, contados de 1º de agosto passado, o contrato assinado em 30.07.97 pelos representantes de Bicletas Caloi S.A., Bruno Antonio Caloi, Bruno Antonio Caloi Júnior e José Vicente Messiano, e da MGDK, Srs. Edson Vaz Musa e Riccardo Gambarotto, a parcela de juros cujo vencimento foi prorrogado ficará automaticamente vencida com as mesmas consequências previstas, para o caso de não estarem verificadas em 60 (sessenta) dias as demais condições acima previstas. Durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados de 01/08/97, a Companhia não poderá alienar ou onerar bens de seu ativo imobilizado, de valor igual ou superior ao da parcela de juros cujo vencimento está sendo prorrogado, em detrimento da garantia flutuante das debêntures da 5ª emissão, exceto se obtiver a aprovação de debenturistas da 1ª e 2ª séries que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das debêntures em circulação, salvo no caso de constituir garantias reais para as citadas debêntures. Em caso de concordância dos debenturistas, a Companhia ficará obrigada a realizar o pagamento de 20% (vinte por cento) da parcela de juros objeto da prorrogação, até o 10º (décimo) dia útil que se seguir à assembléia de debenturistas que aprovar tais operações. Os debenturistas desde já manifestam a sua concordância com a operação de oneração do imóvel situado na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Olívia Guedes Penteado nº 1037, para fins de alongamento do perfil da dívida da Companhia junto ao Banco BCN Barclays, concordando com o não pagamento de 20% (vinte por cento) da parcela dos juros cujo vencimento foi prorrogado, já que a negociação da operação antecede a 01/08/97. Após discutirem o assunto os debenturistas deliberaram, por unanimidade, com abstenção do Banco Patrimônio de Investimento S.A., aprovar a proposta da companhia emissora. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Presidente -

Maia Estela Bandarra Marques

Secretário -

[Signature]

Agente Fiduciário

[Signature]

BNDES Participações S.A. - Brdespar

Maia Estela Bandarra Marques

Banco Bradesco S.A. -

[Signature]

Banco Patrimônio de Investimento S.A. -

p.p. André Serina

Banco Fator S.A. -

[Signature]

Bicletas Caloi S.A. -

[Signature] 2